

Classes sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho

Ednéia Alves de Oliveira¹

Resumo

Este artigo tem como proposta a discussão do tema, classes sociais e o projeto reformista, entendendo este último como uma estratégia de desmobilização, fragmentação e enfraquecimento da luta de classes. Inicialmente o artigo faz uma breve caracterização da definição das classes sociais na ordem do capital, partindo da questão do trabalho e sua centralidade e posteriormente as lutas sociais e a resposta da burguesia a estas lutas através das medidas reformistas, numa tentativa de conciliação entre capital e trabalho.

Palavras-chave: trabalho, luta de classes e reformismo social.

Abstract

This article aims to discuss the theme, classes and social reform project, considering the latter as a strategy for demobilization, fragmentation and weakening of class struggle. Initially, the article makes a brief characterization of the definition of social classes in capitalist order, starting with the question of labor and its centrality and subsequently the social struggles of the bourgeoisie and the response to these struggles through reform measures in an attempt to compromise between capital and labor.

Keywords: labor, class struggle and social reformism.

¹ Doutora em Serviço Social pela UERJ e professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

1. Introdução

A questão da constituição das classes sociais no modo de produção capitalista sempre provocou interpretações variadas. Tal fato se deve ao capítulo inconcluso da obra de Marx sobre a definição das classes sociais no capitalismo. Para alguns estudiosos, tanto da tradição marxista, como fora dela, esta ausência de definição impede uma interpretação das classes sociais no atual estágio de acumulação capitalista, haja vista as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Contudo, entendemos que a concepção de classe perpassa toda a obra de Marx, desde os textos da fase mais jovem, boa parte deles escrito em parceria com Engels, até a análise do modo de produção capitalista redigido mais tarde sob o título de O Capital. Portanto, nosso ponto de partida é analisar de forma preliminar a relação do trabalho e sua centralidade para Marx, entendendo que a própria relação do trabalho na ordem do capital e suas mudanças permite uma compreensão da formação das classes sociais desde o nascimento do capitalismo até os dias atuais. Nosso argumento é baseado na concepção de que as classes sociais continuam sendo polarizadas fundamentalmente entre duas classes antagônicas, burguesia e proletariado, cujos projetos sociais estão em disputa constante, o que leva, necessariamente, à adoção de estratégias para eliminar ou deslocar o conflito como forma de evitar a vitória do projeto comunista. Dentre estas estratégias fazemos referência ao reformismo social, expressão máxima da luta contrarrevolucionária, implementado pelos Estados burgueses para manter a ordem e promover a tão desejada harmonia capital/trabalho. Este debate encontra-se bastante atual, sobretudo quando se vislumbra no cenário político uma perspectiva de conciliação de classes, trazendo o conflito para a esfera da administração e da gestão das políticas sociais, como mera disputa dos recursos do fundo público, ou ainda da defesa da ampliação dos direitos civis e políticos. Partindo deste pressuposto a classe trabalhadora não seria mais a classe revolucionária por excelência e o determinismo dá lugar ao devir histórico, não havendo alternativa a não ser esperar o fim da história. Consideramos que a tradição marxista, na qual este artigo se enquadra, é a única capaz de recuperar a luta de classes e o projeto revolucionário da classe trabalhadora e trazê-lo para o lugar onde Marx sempre o deixou, isto é, como elemento histórico e superador da ordem do capital.

2. Trabalho e classes sociais na ordem do capital

A formação das classes sociais no capitalismo encontra-se presente na obra inicial de Karl Marx, fase chamada do jovem Marx, sendo que algumas foram escritas em parceria com Friedrich Engels. Posteriormente, Marx irá tratar do tema de forma mais específica ao analisar as relações sociais de produção capitalista, na sua obra intitulada O Capital, sobretudo no Livro I em que trata do processo de produção do capitalismo, discorrendo essencialmente sobre a questão do trabalho e a forma como ele é apropriado, o que determina fundamentalmente os elementos constitutivos da formação das classes sociais e suas expressões ideológicas. Portanto podemos considerar que, a discussão das classes sociais em Marx e, também em Engels está associada ao desenvolvimento histórico das forças produtivas.

No entanto, embora a questão da classe perpassasse toda a obra dos autores supracitados, um capítulo específico foi destinado por Marx sobre o conceito de classe social. Neste capítulo, intitulado “As classes”, Marx define as três grandes classes como sendo os proprietários da mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra. Contudo, este capítulo ficara inconcluso, devido às condições de saúde e a conseqüente morte de Marx, gerando um debate que permanece vivo dentro e fora da tradição marxista, sob a alegação de que esta definição não contempla a miríade de divisões e estratificações presentes no interior de cada uma destas grandes classes, haja vista a complexidade da sociedade burguesa hodierna. Estas polêmicas são alimentadas, sobretudo, quando o debate assume uma perspectiva neoconservadora, em que o conflito capital/trabalho aparece como coisa do passado, dando lugar a “novas formas de luta e de disputa de interesses” (grifos meus). Partindo deste pressuposto, podemos encontrar autores que defendem o fim da sociedade de classes e, conseqüentemente, da própria sociedade baseada no modo de produção capitalista, afirmando tratar-se de um novo capitalismo ou simplesmente do fim da história. Para os defensores desta perspectiva o capitalismo atual pode ser considerado um “novo capitalismo” assentado na produção da informação e no desenvolvimento da tecnologia, colocando o trabalho industrial como elemento em vias de extinção. Estas premissas neoconservadoras, ao negarem o trabalho como categoria fundamental, negam também a força de trabalho como sendo a mercadoria essencial para o enriquecimento da sociedade burguesa. Dentro desta perspectiva questões como acumulação capitalista, mais-valia, concentração/centralização da riqueza, exército de

reserva, pobreza e desigualdade social são fenômenos naturalizados. Ou seja, são fenômenos típicos de uma sociedade moderna e tecnológica o que inviabiliza qualquer debate, segundo estes apologistas neoconservadores, de uma ordem societária para além do capital, mas reforçam apenas propostas contrarrevolucionárias e conservadoras, com alternativas de humanização do capitalismo.

Este determinismo histórico mistifica as relações sociais, negando a essência do modo de produção capitalista, reificando as relações sociais, de forma que elas apareçam, cada vez mais, como relações entre coisas e não como relações entre seres humanos. Neste sentido, o debate sobre classes sociais remete-nos a necessidade de compreensão do fundamento do trabalho nesta ordem determinada e da forma como Marx e Engels o descrevem nas suas primeiras obras. Para estes autores o trabalho sempre existiu e representa um elemento central da vida humana. Desde o início da civilização, o trabalho aparece como forma de organização social, determinando a vida nas comunidades. Este fato inviabiliza a sociedade baseada na figura de Robinson Crusoe, pois elimina o caráter coletivo do trabalho, ou seja, o seu caráter social. Por seu caráter social, o trabalho permite o desenvolvimento de outras mediações como a linguagem, a transformação das matérias e dos objetos. Nesta perspectiva o trabalho configura-se como categoria fundante do ser social, promotor da realização objetiva e subjetiva dos sujeitos, trabalho concreto que possui um valor de uso. Na ordem burguesa este trabalho concreto é abstraído de sua capacidade teleológica transformando-se em mero dispêndio de força física e produtiva, ou seja, um trabalho que possui um duplo caráter, sendo ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca.

Como trabalho abstrato, a força de trabalho aparece como mercadoria, porém separada das outras mercadorias, uma vez que ela não é propriedade do capitalista, mas do próprio trabalhador, mas abstraído de sua utilidade, do seu valor de uso e de sua qualidade não aparece mais como o trabalho produtivo determinado, mas apenas como trabalho humano abstrato, isto é abstraído de suas diferentes formas concretas, igualando-se na sua totalidade ao trabalho humano em geral. Ou seja, o trabalho é abstraído da sua capacidade teleológica e torna-se trabalho igual, meramente quantitativo, gerador de mais-valia e, portanto da riqueza material do capitalista. Apesar de realizar um trabalho que realize um intercâmbio com a natureza, os instrumentos de trabalho e a mercadoria produzida pelo trabalhador não lhe pertence mais, pois o capitalista se apropria de tudo tornando o trabalho humano apenas uma expressão

alienada onde o trabalhador aliena-se de si mesmo e aliena-se da natureza. Esta alienação é um elemento importante para impedir que o trabalhador adquira consciência da sua condição de sujeito fundamental para o enriquecimento do capitalista, impedindo que esta consciência possa vir a ser uma luta coletiva contra o modo de produção capitalista. Não é por acaso que o avanço das forças produtivas e a generalização do trabalho abstrato têm gerado a subsunção total do trabalhador ao capital. Lessa (2007, p. 167) destaca que, mesmo no capitalismo mais desenvolvido em que o trabalho abstrato se generalizou à quase totalidade das relações, ainda assim o trabalho (intercâmbio orgânico com a natureza) permanece a “condição universal”, a “necessidade eterna” (grifos do autor) e a categoria fundante de toda a riqueza.

As razões pela qual Marx considera o trabalho como categoria fundante de toda a riqueza pode ser explicada, segundo Lessa (2007), pelo fato da força de trabalho se constituir como mercadoria, a única mercadoria que, depois de consumida consegue gerar um valor maior que ela própria. Ou seja, a força de trabalho é a única capaz de produzir mais-valia, um valor adicional ao que foi produzido, graças ao tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de determinadas mercadorias e que não é repassado para o trabalhador. Estas horas de trabalho gratuitas que o trabalhador dispense constitui a força que faz dele a mercadoria imprescindível do modo de produção capitalista. Contudo, para Marx (1980), não é todo trabalhador que produz mais-valia, estabelecendo uma distinção entre trabalhadores produtivos e improdutos. Para Marx (1980) os trabalhadores produtivos são aqueles que produzem mais-valia e os improdutos aqueles que não produzem mais-valia. Por exemplo, um trabalhador que não está inserido numa empresa capitalista não é considerado trabalhador produtivo, pois não produz a riqueza deste capitalista através da exploração do sobretrabalho, como os empregados domésticos ou trabalhadores do setor público. Apesar de serem assalariados, eles não produzem mais-valia, pois seu salário é pago pelo dinheiro que circula da produção. Nada impede, portanto, que uma determinada força de trabalho deixe de ser improdutiva para se tornar produtiva, bastando para isto que ela produza mais-valia. Um exemplo paradigmático é o trabalho realizado pelo setor de serviços, embora não haja o intercâmbio orgânico com a natureza, existe a produção de mais-valia. Embora não haja a produção de mercadorias, pois os serviços prestados como telefonia, entretenimento, sexo, saúde, educação, dentre outros não possuem esta finalidade, há a troca de trabalho que foi trocada por mais trabalho, metamorfoseando o

sobretalho. Nesta relação não importa ao capitalista o valor do trabalho útil e muito menos o valor de uso produzido por este trabalho, mas somente o valor de troca que deverá ser superior ao que foi pago pelos capitalistas em forma de salários.

Contudo, a análise de Marx, nos remete a uma particularidade sobre o trabalhador produtivo e está relacionada ao conteúdo material da produção de mercadorias. A mercadoria, segundo Marx (1988, p. 46), pelo seu caráter qualitativo representa o conteúdo material da riqueza, não importa a forma social adquirida. Na sociedade capitalista, a mercadoria além de possuir o conteúdo material da riqueza passa a expressar-se como portadora material desta riqueza, assumindo a forma de valor de troca, numa relação quantitativa em relação aos valores de uso. De acordo com Lessa (2007), esta natureza da mercadoria faz com que apenas alguns trabalhadores sejam produtores deste conteúdo material da riqueza, pois nem todo trabalhador produz valor e acrescenta conteúdo material da riqueza. Somente o proletariado, produz mais-valia e valoriza o capital, pois opera o intercâmbio orgânico com a natureza. Isto significa que somente o proletariado produz ao mesmo tempo a riqueza do capitalista através da venda da sua força de trabalho e a dotação à sociedade ao final do seu trabalho de um novo quantum, expresso no meio de produção ou de subsistência que produziu. Esta relação permite a ampliação do capital social global através do acréscimo da nova riqueza materializada em um objeto transformado a partir da natureza e que continua a existir após o término do seu trabalho (2007, p.166). Ou seja, nesta relação social o trabalhador gerou uma mercadoria, portadora de uma nova quantidade de riqueza antes inexistente.

Esta riqueza faz parte do capital social global, segundo Lessa (2007), pois uma vez gerada é distribuída entre os diversos capitalistas sob a forma de mais-valia, como lucro, juro, renda da terra, ganho comercial, etc.. Iasi (2011, p.116) também entende o proletariado como sendo a classe que fornece ao metabolismo do capital a mercadoria essencial capaz de gerar mais valor que seu próprio valor. Para ele, o proletariado, além da produção de mais-valia através da exploração da sua força de trabalho, produz também o conteúdo material da riqueza, tornando-se assim uma classe cuja práxis social a diferencia das demais por exercer este intercâmbio orgânico com a natureza. Como é a única classe que produz mais-valia e também um valor desempenha um papel fundamental de se constituir como classe capaz de romper com a relação de dominação imposta pela ordem burguesa.

Diante do exposto podemos considerar que a relação de classe está intrinsecamente relacionada com o lugar que cada indivíduo ocupa no processo produtivo, ou ainda com o lugar que ocupam nas relações de produção, o que nos remete a afirmação de Marx quando divide as classes em três grandes classes, os proprietários da força de trabalho, os proprietários dos meios de produção e os proprietários da renda fundiária. Porém, nesta definição quando se diz proprietários da mera força de trabalho podemos aglutinar todos os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho não importando se esta é produtora de mais-valia e de capital. Todo e qualquer trabalhador que não possui os meios de subsistência para além das relações de compra e venda da sua força de trabalho pode e deve ser considerado como parte integrante da classe trabalhadora. Desta forma não seria excluído desta relação os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho ou aqueles que sequer foram incluídos no mercado de trabalho. A ausência de uma definição do papel que estes trabalhadores desempenham na ordem burguesa tem deixado à margem um grande número de trabalhadores que não encontra espaço de organização e representação nas associações de classe.

De acordo com Marx (1988) o ingresso ou saída do mercado de trabalho é uma relação típica do modo de produção capitalista, sobretudo quando analisamos a acumulação de capital. Prossegue o autor afirmando que a acumulação de capital necessita da geração de uma força de trabalho desnecessária, excedente relativamente para ser absorvida nos momentos de expansão da economia e dispensada nos momentos de crise. A formação deste número de trabalhadores disponíveis ou até desnecessários como salientou o autor é fundamental para o progresso da acumulação capitalista, criando uma relação cruel em que o próprio trabalhador passa a ser o responsável pela sua expulsão do mercado de trabalho. Ou seja, à medida que o progresso da acumulação avança, cresce também os meios que fazem do trabalhador uma população supérflua (Marx, 1988: p.732). Esta tendência é resultado do investimento em capital constante em detrimento do capital variável, gerando a economia de trabalho vivo aumentando o emprego do trabalho morto, expresso em máquinas e tecnologia. Para além da formação de trabalhadores supérfluos, a acumulação também estabelece de um lado, a formação de uma extrema riqueza, e de outro, a miséria absoluta do trabalhador, pois enquanto produz mais-valia o trabalhador produz ao mesmo tempo sua pauperização. Esta relação pode ser percebida na modernização do capitalismo, na crescente substituição

do trabalho vivo pelo trabalho morto e na extração da mais-valia relativa e absoluta, o que, segundo Oliveira (2010), vem provocando uma ampliação da pauperização e da proletarização dos trabalhadores ao mesmo tempo em que aumenta exponencialmente a concentração/centralização da riqueza nas mãos de poucos capitalistas.

Marx (1988) ao tratar deste problema refere-se aos trabalhadores supérfluos como sendo parte constitutiva do exército industrial de reserva ou da superpopulação relativa. Esta última o autor dividiu em três grupos, a flutuante, latente e estagnada, sendo que esta última concentra os trabalhadores que não são úteis ao modo de produção capitalista, quais sejam: os deficientes físicos, os idosos, os dependentes químicos, dentre outros. No Manifesto do Partido Comunista, texto redigido antes da elaboração do Capital, Marx e Engels (1998, p.36) denomina estes trabalhadores de lumpen-proletariado, o que para eles representa o “produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade”. Percebe-se que os autores não consideram o lumpen-proletariado como sendo uma classe, mas apenas uma camada social sujeita a vender-se à reação devido às suas condições miseráveis de existência. Contudo, este conjunto de trabalhadores desnecessários e que, posteriormente, tornam-se inimpregáveis, constituem a base para a construção de projetos reformistas ou ainda perspectivas mais humanizadas do capital. A capacidade destes trabalhadores de se identificarem com um projeto revolucionário é reduzida à medida que as suas condições de existência exigem medidas emergenciais e imediatas, servindo de fundamento para as políticas de assistência social que pressupõe a obediência e o bom comportamento. O mesmo pode se dizer com relação à classe média. Marx e Engels (1998) entendem por classe média os pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses. Em outra obra, O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte, Marx (1997) irá denominar esta classe média de pequena burguesia, distinguindo-a da burguesia industrial e dos pequenos camponeses.

Neste sentido é interessante destacar um trecho do Dezoito Brumário de Luís Bonaparte em que ele diz que Luís Bonaparte representava a classe mais numerosa da sociedade francesa: os pequenos camponeses. No entanto, Marx (1997) diz que os pequenos camponeses na França viviam como produtores autônomos sem qualquer relação entre si. Cada família de pequeno camponês é autossuficiente, não há aprimoramento de técnicas, não há riqueza de relações sociais, pois cada família vive para si mesma. Tal fato é analisado por ele como resultado dos péssimos meios de

comunicação do país, mas faz com que ele considere também que “a grande massa da nação francesa é, assim formada por grandezas homólogas, da mesma maneira que batatas em um saco constituem um saco de batatas” (Marx, 1997, p. 127). Prossegue ele afirmando, que estas famílias de camponeses vivem sem confrontarem seus projetos com os de outra classe, não há disputa de interesses, organização política, não há ligação nacional, portanto não constituem uma classe. Não representam sua classe, pois não são capazes de representar seus interesses sem delegar esta tarefa a um representante que no caso era Luís Bonaparte.

Diante do exposto podemos entender que para definirmos classes sociais faz-se necessário que elas disputem projetos sociais e interesses entre si, tenha uma organização política, uma ligação nacional e uma representação própria, caso contrário não pode ser considerada como tal. Neste aspecto, o proletariado e a burguesia podem ser considerados como classe, pois são antagônicas entre si, possuem projetos sociais distintos, organizações políticas de caráter nacional e às vezes até internacional, possuem seus representantes nos parlamentos e partidos e disputam interesses de classe. Os setores intermediários representam apenas uma fração da burguesia ou do proletariado resultado da própria divisão social do trabalho e também da crescente concentração/centralização da riqueza ente os grandes capitalistas. O seu peso histórico reside no fato de que ela tem um projeto social indefinido, oscilando entre os projetos societários das duas classes em tela, mas tendendo, de acordo com seus interesses econômicos mesquinhos a optarem por projetos mais conservadores. Estes momentos históricos de adesão dos setores intermediários pode ser ilustrado pela sua contribuição decisiva em momentos revolucionários ou contrarrevolucionários, como podemos identificar no caso da revolução russa ou da ascensão do nazifascismo. Mas como destaca Marx e Engels (1998), esta classe não pode ser considerada como revolucionária, mas conservadora, pois tendem a buscar a manutenção da ordem, colocando-se raramente a favor do projeto revolucionário.

Contudo, se pensarmos a inserção dos setores intermediários na ordem burguesa, sobretudo sob a perspectiva da posição que ocupam perante os meios de produção, podemos considera-los como proprietários da mera força de trabalho, ainda que não estejam submetidos ao jugo do trabalho assalariado, como é o caso dos profissionais liberais, mas que não dispõem de outra forma de sustento que não se submeter à venda da sua força de trabalho para sobreviver. Sobre esta relação cabe aqui uma análise sobre

a divisão social do trabalho e a importância deste elemento para segmentar a força de trabalho sob duas formas: salários e funções diferenciadas. Inegavelmente ao criar funções e salários diferenciados, a burguesia tinha como prerrogativa a divisão política do proletariado, favorecendo desta forma a consolidação de seu projeto conservador. Numa passagem do Manifesto Marx e Engels, ilustram que “o crescente emprego de máquinas e a divisão do trabalho, despojando o trabalho do operário de seu caráter autônomo, tiraram-lhe todo o atrativo” (1998, pág. 29). Nota-se que os autores já sinalizavam para o fato da ordem burguesa destituir gradativamente o caráter ontológico e teleológico do trabalho, criando mecanismos para que o trabalhador fosse sempre mais explorado e subsumido às relações sociais de produção capitalista. Na página seguinte os dois autores citam a hierarquia das fábricas para controlar a força de trabalho comparando-a com a dinâmica militar em que os trabalhadores são vigiados pelos contramestres e donos das fábricas para extrair maior produtividade e, conseqüentemente maior lucro.

De acordo com Lessa (2007) a criação de uma categoria de trabalhadores responsáveis pela supervisão e controle dos trabalhadores no interior das fábricas gerou uma classe de assalariados não-proletários muito propensos a se deslocarem para o projeto revolucionário do proletariado ou para o projeto conservador da burguesia. O mesmo acontecendo com os intelectuais e profissionais liberais e burocratas que acreditam pertencer a uma classe intermediária com bens e propriedades maiores e com tendência a defender o projeto da classe dominante em prol da defesa de seus interesses particulares. No interior da burguesia, podemos perceber uma tendência semelhante, pois à medida que o monopólio elimina a concorrência, promovendo a concentração e centralização da produção nas mãos de poucos capitalistas, ocorre uma perda de poder aquisitivo da burguesia fazendo com que se desloquem para frações da pequena burguesia.

Portanto, o modo de produção capitalista apenas se apropria das condições herdadas dos períodos históricos anteriores para aprofundar a sua dominação econômica e política. Isto significa que o trabalho sempre existiu. No entanto, afirmam Marx e Engels (1998), a forma de organização da produção no capitalismo se difere das formas anteriores porque derrubou todos os laços morais que unia o trabalhador à velha classe feudal. Despojou os trabalhadores dos meios e instrumentos de produção de forma que a apropriação do trabalho se revelasse cada vez mais privada enquanto a produção se

coletivizava cada vez mais, o que segundo Engels (1985) promoveu o conflito sempre crescente entre capital e trabalho. O autor menciona que na idade média dominava a propriedade do trabalhador sobre os seus meios de produção, expressão manifesta tanto no campo quanto na cidade. No campo o agricultor livre ou vassalo e na cidade o artesão eram os proprietários dos meios de trabalho, sendo estes, portanto, de caráter individual. A burguesia para se consolidar como classe dominante, despojou o trabalhador deste domínio dos meios de trabalho transformando esta apropriação dos meios de trabalho em processo constante de transformação, retirando o seu caráter individual, e transformando-o em força social. Ou seja, para se consolidar precisa colocar em movimento toda uma gama de relações sociais, só possível através de processos coletivos envolvendo a força de trabalho.

Importante destacar que no lugar de mercadorias para satisfazer a necessidade dos indivíduos, a produção agora passa a ser planejada de forma a eliminar a antiga produção isolada típica da sociedade feudal em que a venda e a troca eram feitas somente para atender as necessidades diversas de cada indivíduo. Estes fatos revelam que as bases da sociedade feudal já acenavam para a formação da ordem burguesa. Ou seja, a divisão do trabalho, feita de forma a garantir que cada um pudesse produzir produtos diferenciados foi dando lugar junto com a produção planejada ao surgimento das manufaturas com preços mais baratos e que não podiam ser oferecidos pelos artesãos ou camponeses individuais. Pouco a pouco a manufatura e a grande indústria foram ocupando o espaço do trabalho individual.

Ou seja, para Marx e Engels (1997) a burguesia simplesmente se apropriou das antigas formas de exploração do trabalho fazendo emergir novas formas de exploração e de dominação e também novas classes sociais. Não eliminou o conflito, mas restringiu este conflito a duas classes em constante oposição. Embora os autores afirmem que a história de todas as sociedades têm sido a história da luta de classes, eles consideram que no capitalismo esta divisão foi mais simplificada, pois caminha para uma divisão cada vez mais polarizada entre os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho. Frederico (2010) concorda com Marx e Engels ao afirmar que no atual estágio de acumulação capitalista a tendência é uma crescente polarização entre capitalistas e proletários, ou seja, entre quem compra e quem vende a força de trabalho e não a ampliação das classes intermediárias, como asseveram os discursos dos governos e das agências multilaterais.

Não é por acaso que Marx define a luta de classes como sendo uma “guerra civil mais ou menos oculta entre proletários e burgueses até o momento em que explode em uma revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta do poder”(1988, p. 227). Marx atribui este caráter revolucionário ao proletariado com base nas condições de miséria e de exploração máxima da sua jornada de trabalho. Para ele, o proletariado seria a classe revolucionária por excelência devido ao seu protagonismo dentro da ordem burguesa. Ou seja, é a única classe que pode abolir as relações de propriedade e por constituir-se como a produtora de toda a riqueza do modo de produção capitalista. Para conquistar este poder faz-se necessário a abolição das relações de propriedade presentes até então. De acordo com Marx e Engels (1997), este processo é resultado das transformações das próprias condições históricas impostas pelo capitalismo, o que levaria a burguesia a forjar as armas da sua destruição: os proletários. Este momento marca para Marx e Engels, as condições históricas da classe operária nos países de capitalismo avançado e a incapacidade dos governos de controlar a situação de miséria que se agravava com o desenvolvimento das forças produtivas.

No decorrer dos séculos a burguesia foi inovando suas técnicas e modernizando suas formas de exploração e expropriação da mercadoria força de trabalho, criando divisões cada vez mais complexas, mas que não perdem sua essência quanto à heterogeneidade que estas divisões apresentam. Podemos perceber no interior de um processo produtivo a divisão do trabalho entre homens e mulheres, entre trabalhadores intelectuais e manuais, entre supervisores e operários, entre profissionais liberais e assalariados, entre trabalhadores formais e informais, dentre outros. Iasi (2010) considera que esta heterogeneidade sempre esteve presente na sociedade capitalista e não serve como elemento para considerar o fim do conflito de classes ou da luta de classes. Segundo este autor, é preciso considerar a historicidade das mudanças em curso para uma apreensão concreta das múltiplas determinações contidas no modo de produção capitalista. Desconsiderar esta historicidade e as múltiplas determinações contidas neste processo é negar a alienação que o capitalismo produz nas suas mais variadas formas para evitar a consciência dos trabalhadores na construção de seu projeto revolucionário. Portanto considerar o modo de produção capitalista como uma forma de reprodução espiritual da vida social é condição fundamental para entender que a subordinação da força de trabalho não é apenas física mas também espiritual.

3. O projeto reformista como estratégia de contenção da luta de classes

No item anterior tratamos de forma introdutória sobre a formação das classes sociais no modo de produção capitalista, enfatizando a posição que as classes ocupam perante as relações de produção. Portanto consideramos as classes divididas entre aqueles que detém os meios de produção e aqueles que vendem a força de trabalho. Nesta perspectiva retomamos o primado inicial de Marx e Engels de que as classes só podem ser pensadas num determinado modo de produção da vida social e de seu evoluir histórico. Neste sentido, estamos longe de esgotar este debate neste pequeno ensaio, e muito menos caracterizar as classes somente por um viés economicista, mas reforçando que as relações sociais de produção capitalista e sua forma material de organização incidem sobre a vida dos sujeitos, pois como já salientava Marx esta produção é ao mesmo tempo reprodução da vida social em todos os seus aspetos. Entender este movimento significa apreender os fatos não de forma linear, mas a partir de uma perspectiva histórico-dialética, ou seja, de que tudo está em constante movimento e, conseqüentemente, transformação. Esta perspectiva de análise, a qual considera o movimento histórico determinado pelas condições objetivas de cada período histórico, está vinculada ao materialismo histórico, portanto parte-se do pressuposto que existem projetos de classe em disputa que podem levar a processos revolucionários ou contrarrevolucionários.

Ao se pensar a história sob uma perspectiva neoconservadora, a possibilidade de construção de outra ordem societária seria impossível, predominando a ideia de que “não há alternativas”, o que justifica a defesa de projetos reformistas pautados pela tentativa de humanização do modo de produção capitalista. Lembramos, contudo, que esta perspectiva reformista sempre presente na história do capitalismo, demonstrando no percurso histórico sua impossibilidade de consolidação, haja vista as mudanças em curso no desmonte dos Estados de Bem-Estar Social nos países avançados.² Esta impossibilidade de conciliar capitalismo e humanização já estava presente em Marx (2009) na obra intitulada *A Sagrada Família* escrita em 1843. Neste livro o autor já revelava o caráter desumanizador da ordem burguesa e que os projetos reformistas são meros instrumentos de impedir a luta de classes.

² Há uma vasta bibliografia sobre a crise dos Estados de bem-estar social nos países avançados, de concepções teóricas variadas. Como sugestão apontamos os textos de, portanto elencamos alguns autores como Laurell (1998), Oliveira (2010), Ferrera (1993), Salvador (2010), dentre outros.

Outra obra escrita por Marx e Engels também denuncia as estratégias reformistas dos governos alemães, franceses e ingleses para conter as revoltas populares e dos trabalhadores. Em *A luta de classes na Alemanha*, Marx e Engels (2010), particularmente no texto “Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano”, Marx estabelece uma crítica ao governo alemão por reprimir as lutas populares com propostas reformistas objetivando, desta forma conter a luta de classes. Como exemplo, citam a revolta dos tecelões da Silésia em 1844 como sendo um momento importante para a construção de um projeto antirreformista. Prosseguem eles afirmando que o movimento dos tecelões da Silésia evidenciava o descontentamento dos trabalhadores com as formas de espoliação e redução dos salários, mas, sobretudo, revelando a “contrariedade com a sociedade da propriedade privada” (2010, p.44). O fato dos trabalhadores não se voltarem somente contra as máquinas, mas contra a propriedade privada dos meios de produção sinalizava a possibilidade de uma luta social através de uma ação consciente da essência do proletário e não apenas como uma revolta contra o capitalista, mas contra o banqueiro considerado até então o inimigo oculto. Este momento marca uma fase de ascensão da luta de classes na Europa, nos países mais avançados industrialmente onde a classe dos trabalhadores encontrava-se cada vez mais espoliada e desumanizada.

Engels (1985) chama a atenção para os fatos históricos que ocorreram no início do século XIX e que proporcionaram, segundo ele, uma reviravolta decisiva na análise da história. O autor está se referindo a primeira revolta operária em Lyon na França e, posteriormente o surgimento de um movimento nacional na Inglaterra: o movimento cartista. Para Engels este fato marca a entrada no cenário político da luta de classes entre o proletariado e a burguesia. O desenvolvimento acelerado da indústria impelia também o crescimento do descontentamento dos trabalhadores com as suas condições de vida e de trabalho. A teoria da livre concorrência mostrava sua incapacidade de promover o bem-estar social e a igualdade entre os indivíduos, evidenciando a impossibilidade de harmonia entre capital e trabalho, defendida como elemento fundamental do progresso da ordem burguesa. Embora a burguesia já houvesse conquistado a sua dominação política, notadamente pelo papel que o Estado passa a assumir no desenvolvimento do livre jogo do mercado, ao garantir os interesses dos donos dos meios de produção, ela não conseguia evitar os conflitos sociais e a pressão

dos trabalhadores para criação de leis e regulamentações trabalhistas, além das reivindicações pela ampliação dos direitos políticos e civis.

O surgimento de associações de trabalhadores, bastante reprimidas pelo Estado, como ressalta Thompson (2005) mostrava o temor da burguesia para com o surgimento de ideais que fossem contrários a qualquer projeto anticapitalista. Neste sentido, a contribuição de Lessa (2007) é importante, pois ressalta o aspecto contrarrevolucionário adotado pela burguesia já na revolução francesa, ao defender os pressupostos ideológicos que, no máximo, permitem um deslocamento, mas não a alteração dos conflitos. Desta forma, a luta pela redução da jornada de trabalho e pela regulamentação do trabalho feminino e infantil provocou desde o início uma reação por parte dos capitalistas que não queriam restrições para a exploração da força de trabalho. Quando Marx e Engels redigem O Manifesto do Partido Comunista em 1848, a pedido do comitê central do Partido Comunista Alemão, era porque a intensa agitação política na Alemanha, França e Inglaterra, ultrapassavam a luta imediata dos trabalhadores como fora o movimento Luddita e acenava com a possibilidade de uma transformação socialista. Embora o fracasso da revolução na França em 1848, originando uma análise de Marx sobre este período na obra “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte” redigida após os acontecimentos de 1848, ficou claro que as oscilações da burguesia entre os projetos políticos e sociais em disputa tendiam ao favorecimento de ideais conservadores. Esta experiência revelou para Marx que naquele momento as diferentes divisões da burguesia e a própria condição de crise de alguns setores da economia impulsionava a colaboração com projetos reformistas, o que impediu a construção de uma alternativa comunista no país em que ele considerava o berço da efervescência política da época.

Já n’O capital, Marx (1988) avalia este momento considerando-o sob uma dupla perspectiva, pois ao mesmo tempo em que representou uma derrota para o movimento operário, significou um avanço na luta operária, fortalecendo e definindo melhor as possibilidades de algumas conquistas dos trabalhadores em diversos países do mundo, sobretudo quando da intensificação da luta pela redução da jornada de trabalho. Mas embora o autor avalie este momento como sendo importante para o fortalecimento da luta de classes, ele não deixa de considerar que a bandeira em prol da redução da jornada de trabalho apenas significava a conquista pelo direito de ser explorado, pois a redução da jornada de trabalho não implicava a construção de outra sociabilidade,

apenas sinalizava para uma reforma social. De fato, quando analisamos os impactos da redução da jornada de trabalho e as políticas vinculadas a regulamentação de algumas leis trabalhistas deste período, podemos constatar que a burguesia criou outras formas de exploração do trabalho ou de controle sobre o seu tempo livre. O fato de trabalhar menos não significou mais tempo livre para o trabalhador, pelo simples fato de que a redução veio acompanhada da diminuição do salário e de elevação do custo de vida o que tendia a diminuir o poder de compra dos salários, impulsionando o trabalhador a permanecer horas a mais no local de trabalho ou ainda buscar outro emprego, com jornadas de trabalho dupla ou extensa para aumentar sua renda.

Outro acontecimento que merece destaque no processo organizativo da classe operária foi a Comuna de Paris, em 1871. Considerado o primeiro governo operário da Europa, este movimento significou a expulsão da burguesia e do exército pelos operários armados, com a defesa do fim da propriedade privada, incluindo a propriedade dos meios de produção, e o fim da sociedade de classes. A permanência dos trabalhadores no poder por 72 dias e a sua expulsão através do massacre pelo exército alemão e francês mostrou, apesar da derrota do movimento, a possibilidade de construção de um poder operário armado ameaçando a estrutura da ordem capitalista e seus ideais conservadores. Embora o movimento tenha sido derrotado, devido à falta de recursos econômicos e a não expropriação do Banco da França, representante do poder econômico burguês e importante instrumento de controle do poder pelos trabalhadores, serviu de lição para as revoluções posteriores. Um dos pontos mais destacados em relação à derrota da Comuna foi a ausência de um partido político condutor do processo, tese defendida por Marx e Engels e que contrariava a corrente anarquista, liderada por Proudhon e Bakunin, dentro da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) mais conhecida como I internacional. As divergências entre eles também se localizavam quanto à função do Estado. Para Marx e Engels, a abolição do Estado seria resultado da superação das relações de produção capitalista e da propriedade privada, o que não aconteceria de imediato, mas à medida que o desenvolvimento da revolução comunista avançasse. Já os anarquistas entendiam que o Estado deveria ser extinto imediatamente e a propriedade privada deveria ser transferida para os trabalhadores que passariam a ser os novos e pequenos proprietários.

Estas divergências resultaram no fim da I Internacional em 1878. Neste período crescia a organização trabalhista manifesta em partidos de esquerda e sindicatos. A

expansão do capitalismo nos países da Europa provocava sempre mais miséria e exploração da força de trabalho desencadeando manifestações que ultrapassavam as reivindicações meramente econômicas. A ampliação de direitos civis e políticos era uma das bandeiras do movimento operário possibilitando a ascensão de representações do povo nos parlamentos, o que evidenciava a elevação do potencial teórico e político da classe trabalhadora. A fundação da II Internacional neste período tentou conciliar a luta política com a luta econômica, mas tinha como mote impedir as forças pseudo-comunistas de avançarem no interior do movimento dos trabalhadores. Lembramos que neste período os ideais “democráticos” ganhavam espaço na luta operária, rompendo com a perspectiva revolucionária e acenando para o avanço do reformismo. Neste sentido a corrente da II Internacional liderada por Bernstein, denominada de revisionismo, é ilustrativa desta tendência reformista ao afirmar que as mudanças ocorridas na legislação trabalhista, a conquista do sufrágio universal e a redução da jornada de trabalho significavam a possibilidade de mudanças no interior do capitalismo sem a necessidade de uma revolução armada. Bernstein acreditava na realização progressiva do socialismo através das lutas sindicais, das reformas sociais, da democratização política do Estado. Esta concepção revisionista de Bernstein provocou críticas contundentes de Rosa Luxemburgo no seu ensaio "Reforma ou Revolução". Para esta autora, os revisionistas não consideravam o caráter de classe do Estado capitalista e não analisavam o próprio movimento histórico do capitalismo, sobretudo suas proposições de saída para as crises econômicas como forma de resposta a manutenção da sua dominação. Para Luxemburgo, as ideias reformistas não se opunham a ordem burguesa, mas coadunavam com seus interesses. Portanto, conclui a autora, a tese revisionista é apenas uma adaptação ao capitalismo e representa o enterro do socialismo, baseado numa concepção vulgar da economia. (2003: 69). Com a Primeira Guerra Mundial a crítica de Luxemburgo foi confirmada e o capitalismo viveu seu período de transição para a fase monopolista utilizando da política expansionista como forma de superar sua crise e ampliar a exploração das matérias-primas e mercado consumidor³. No entanto, os representantes do partido socialdemocrata alemão votou em nome do patriotismo defendendo os créditos de guerra. Estas divisões internas e a

³ Sobre este ponto Lênin descreve na sua obra Imperialismo: fase superior do capitalismo este novo estágio de acumulação assentado sobre a fusão do capital industrial e do capital bancário, formando o capital financeiro.

entrada dos países europeus na primeira guerra culminou na dissolução da II Internacional e na criação da III Internacional anos depois.

É importante salientar que neste período as bases do reformismo burguês já estavam sendo consolidadas. O avanço dos dogmas religiosos e a defesa da caridade e ajuda aos pobres como elemento de diminuição das mazelas sofridas pela classe trabalhadora impeliu a formação de sociedade beneficentes como a sociedade Fabiana na Inglaterra, cujos preceitos morais estavam vinculados a uma proposta clara de humanização de pobres e ricos. Casa-se a isto a adoção de medidas por parte do Estado em alguns países da Europa, para ganhar legitimidade e dividir a classe trabalhadora como bem analisa Bihl (2010) ao mencionar as reformas de Bismarck na Alemanha e os impactos sobre a classe trabalhadora⁴. Medidas estas que foram seguidas por outros países da Europa e que implicaram na construção de sistemas de proteção social para os inseridos no mercado de trabalho como bem ilustra o seguro desemprego criados em países como França, Itália, Alemanha e Inglaterra no final do século 19 e início do século 20.

Com a morte da II internacional e a fundação da III Internacional, assumidamente renomeada em Internacional Comunista, a classe trabalhadora teve uma possibilidade revolucionária mais concreta. A presença de Lenin e Trotsky como intelectuais da revolução russa significou a possibilidade de uma ação concreta do proletariado, o que contrariava de certa forma a tese de Marx e Engels sobre a revolução ocorrer nos países de capitalismo mais avançado. Ou seja, a Rússia era um dos países mais atrasados da Europa, com uma economia baseada na agricultura e pouco desenvolvida tecnologicamente. O fato da primeira revolução dos trabalhadores ter ocorrido num país com estas características alimentou a convicção de que processos revolucionários como a Comuna de Paris era viável em qualquer lugar do mundo. De outro lado, ficou evidente para os países capitalistas, que a vitória da revolução russa criava uma alternativa concreta de construção de outra ordem social. Este fato provocou duas reações indissociáveis. A primeira foi o fortalecimento de partidos comunistas e socialistas ao redor do mundo, como Itália, Hungria, Polônia, Alemanha, Áustria espalhando-se inclusive para países da periferia como o é o caso do Brasil. Em 1922 assiste-se à criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com uma franca

⁴ De acordo com Bihl (2010) a criação do seguro social na Alemanha de Bismarck tinha como objetivo polarizar a luta de classes e criar uma adesão por parte da classe trabalhadora ao seu projeto reformista e autoritário.

aproximação com as ideias de Moscou, o que aumentava ainda mais o temor da burguesia nacional e internacional com o avanço daquilo que tocava essencialmente na questão da propriedade privada. A outra foi a ampliação de medidas de proteção social e o aumento de medidas coercitivas para impedir organizações vinculadas aos projetos comunistas. Ou seja, a ampliação de medidas de proteção social e as políticas coercitivas foram cruciais para conter o avanço do comunismo. Um exemplo paradigmático é o caso italiano onde se formou um dos maiores partidos comunista do mundo, o Partido Comunista Italiano (PCI) e a reação imediata da burguesia com a ascensão do fascismo como estratégia de conter o avanço da luta operária (Oliveira, 2010).

Outro fato impulsiona a ampliação das propostas reformistas: a crise nos Estados Unidos da América em 1929 e a repercussão dela nos países com os quais os EUA mantinham relações comerciais. A crise impôs uma alteração na função do Estado, haja vista a miséria generalizada provocada pelos altos índices de desemprego, a queda no comércio exterior e na produção industrial. Ou seja, o capitalismo visando superar sua crise de superprodução redefine o papel do Estado de forma a atender a recuperação econômica e garantir as taxas de acumulação. Este período foi marcado por uma intensa pauperização nos países da Europa, sobretudo na Alemanha, que já vinha sofrendo com as perdas impostas pela primeira guerra mundial e definidas no Tratado de Versalhes. Este Tratado impôs altas indenizações à França, provocando reações contrárias na população e dividindo a sociedade entre os projetos ultraconservadores e comunistas. A socialdemocracia alemã, por sua vez, optou por uma aliança com a burguesia, enquanto o Partido Comunista Alemão Unificado, recebendo orientações de Stalin novo dirigente russo, assumiu uma postura de não apoiar a luta revolucionária, defendendo o socialismo em um só país, o que comprometeu o avanço do comunismo nos outros países.

A proposta de Stalin, de construir o comunismo em um só país contrariava os ideais de Lenin e Trotsky e a defesa de construção do comunismo em outros países como forma de garantir, inclusive, a manutenção da direção política na Rússia. Esta reviravolta nas orientações de Moscou será fundamental para redefinir o papel da classe trabalhadora e de seus representantes nas lutas que se seguirão. Os acordos da burguesia com os partidos de centro consolidaram a permanência do capitalismo e definiram estratégias para conter as lutas de classe. Nos anos seguintes, com o agravamento da

crise econômica e a segunda guerra mundial, partidos comunistas e sindicatos ligados a estes partidos ou capitularem diante dos acordos reformistas ou foram cassados e impedidos de se organizarem. A influência de Stalin foi fundamental para assegurar o reformismo nos países da Europa, pois sinalizava para a adoção de políticas vinculadas ao combate do fascismo e do nazismo, a defesa de um comunismo com particularidades distintas do caso russo, a defesa da democracia, a reconstrução dos países arrasados pela guerra, o combate às ditaduras como fora o caso brasileiro, acarretando na domesticação dos sindicatos e na defesa dos direitos trabalhistas com acordos direcionados para a recuperação econômica e os “ganhos financeiros” para os trabalhadores.

Podemos afirmar que este contexto foi o cenário ideal para o desenvolvimento do pacto capital/trabalho, consolidado no pós segunda guerra e que evidenciou a força do reformismo com as políticas de orientação fordista-keynesiana. A possibilidade de usufruir da sociedade de consumo fez com que o trabalhador aceitasse a organização do trabalho taylorista-fordista em troca de salários mais elevados, estabilidade no emprego e de políticas trabalhistas. Conforme salientou Bihl (2010, pág. 37) este pacto não acabou com a luta de classes, mas circunscreveu esta luta para o campo institucional, na definição dos termos do compromisso e à delimitação de seu campo de aplicação. Ainda segundo este mesmo autor, para o proletariado este compromisso representou o abandono da luta revolucionária e conseqüentemente da luta pelo fim da exploração do trabalho e da apropriação da riqueza produzida por ele. Ou seja, o pacto representou a vitória do imediatismo em contraposição à vitória de uma luta mais prolongada em direção ao projeto comunista. Para Abreu (1993) a socialdemocracia assumiu a defesa das políticas públicas tanto no plano econômico, político e cultural institucionalizando direitos que, *grosso modo*, se contrapunham à supremacia capitalista, sem, contudo alterar sua estrutura. Alicerçados pelos sindicatos dirigidos por eles, os socialdemocratas não “incorporaram os valores e a razão negativa presentes na visão crítica da economia política e das formas concretas de alienação dos homens na sociedade capitalista que estão na gênese do pensamento socialista” (Abreu, 1993, pág. 6).

Ou seja, os sindicatos acreditavam que o reformismo poderia promover uma alteração gradual da condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora sem a necessidade de uma revolução violenta. De acordo com Engels em seu ensaio esta

concepção reformista pode ser comparada ao dos socialistas utópicos, que desconsideravam a realidade histórica e apontavam soluções humanitárias para conter o avanço da miséria humana produzida pelo modo de produção capitalista. Podemos comparar esta perspectiva reformista ao legado de Robert Owen e de sua tentativa de adoção de leis que permitiam a exploração do trabalho de forma mais humana. Sua luta em prol da redução da jornada de trabalho feminina ou infantil foi importante, mas não eliminou a continuidade da exploração destes pelos capitalistas ingleses da época. Como salientou Thompson (2012), as ideias de Owen, de certa forma, surgem da necessidade de disciplinar o trabalhador através da educação moralista com a adoção de hábitos e ideias que contribuirão para a felicidade futura do indivíduo e do Estado. Nota-se que, a felicidade passa necessariamente, nesta concepção, para uma sociedade sem conflitos e, sobretudo, em que a pobreza pudesse ficar longe dos olhos dos mais abastados, pois era algo feio de se ver. Talvez por esta razão Owen defendesse a criação das Aldeias de Cooperação, onde os pobres poderiam ser levados pagando, posteriormente, por conta própria, a sua permanência e restituindo ao Estado o subsídio inicial investido nele via impostos. Para Thompson a lógica era tornar os pobres úteis, racionais e produtivos, além de disciplinados (Thompson, 2012, pág. 523). Noutra passagem Thompson (2012), ressalta como este projeto teve uma aceitação por parte de alguns políticos da época, embora fosse criticado por outros mais radicais que viam na ideia de Owen apenas uma forma de reeditar formas de trabalho punitivas para indigentes. Isto não significa que a contribuição de Owen para o processo organizativo da classe operária tenha sido irrelevante. Sua defesa do reformismo apresentava-se bastante avançada para a Inglaterra do início do século 18, mas completamente distante da construção de um projeto para além do capital.

Este reformismo utópico presente em Owen esteve presente nos anos de crescimento econômico do pós-segunda guerra, o movimento sindical e os partidos de esquerda organizaram-se em defesa do direito ao emprego, ao salário e ao padrão de consumo estabelecido pelo pacto fordista-keynesiano. As grandes manifestações eram sempre em prol da permanência destes benefícios ou da renovação dos contratos coletivos de trabalho. Para Lessa (2009), este momento foi crucial para a permanência da domesticação, servindo como instrumento da subordinação do movimento sindical para a entrada do neoliberalismo, quando do esgotamento deste padrão de acumulação. Desta forma o capitalismo pode garantir a recuperação da sua crise econômica e os

capitalistas concordaram em socializar os custos do financiamento da política de seguridade social, garantindo suas taxas de lucro. Taxas que voltam a ser extraídas em tempos de neoliberalismo através da alta produtividade do trabalho e da mais valia absoluta e relativa. O fim da III Internacional nos anos de 1950 pelo próprio Stalin, as denúncias das suas atrocidades por Kruchev, a abertura política e econômica na Rússia e a queda do muro de Berlim no final de 1980 provocou uma crise ideológica no interior do marxismo afetando ainda mais a luta de classes e permitindo a ascensão de teses neoconservadoras em que o passado não se apresenta mais como forma de interpretar o presente para transformar o futuro.

Paralelo ao desenvolvimento do neoconservadorismo econômico, assistimos no plano político a defesa de direitos civis e políticos expressos, sobretudo, nos movimentos sociais em defesa dos direitos de gênero, sexuais, religiosos, étnicos, ambientalistas em que a defesa de um projeto societário comunista não aparece como alternativa à ordem vigente. De acordo com Wood (2011) o capitalismo pode conviver com as reivindicações por direitos civis e políticos desde que eles não interfiram na dinâmica econômica. Portanto, os “novos movimentos sociais” como são denominados os movimentos sociais da contemporaneidade, encaixam-se perfeitamente no metabolismo do capital por não incidirem em questionamentos de ordem econômica.

Diante do exposto percebe-se que o reformismo, apresenta-se como expressão máxima da contenção da luta de classes, conjugando luta por direitos civis e políticos com políticas em tempos de neoliberalismo totalmente direcionadas para reforçar o assistencialismo. Ou seja, o Estado neoliberal apresenta-se como instrumento de garantir e atender os interesses da classe dominante, haja vista a destinação de parte do fundo público para subsidiar as crises fiscais e socorrer empresas e bancos como forma de garantir a competitividade e o bom funcionamento da economia. Por outro lado, os sindicatos, diante da reorganização dos processos de trabalho e do desemprego estrutural, apostam na manutenção dos empregos e de algumas regulamentações trabalhistas. A ideia de que não há alternativas contagia as lideranças afetando a participação dos trabalhadores e implicando em ações mais institucionalizadas o que não prevê greves, manifestações e paralisações. Os partidos políticos por sua vez tem adotado uma postura de centro, sob a alegação de que o caminho é irreversível gerando uma disputa política, mas não ideológica. Isto não significa que a luta está encerrada, pois os protestos ocorridos nos últimos tempos são evidências concretas da insatisfação

e inconformidade, expressas nas manifestações nos Estados Unidos, na Espanha, Itália, França, Grécia, Chile, Brasil, Argentina, são sintomas claros de que os projetos estão em disputa, mas dependem fundamentalmente do tempo histórico de cada sociedade, afinal como já destacou Marx, nenhuma sociedade perece sem que estejam desenvolvidas todas as condições necessárias para seu fim.

4. Considerações Finais

Diante do exposto podemos concluir que as classes sociais são definidas a partir da relação de propriedade na sociedade capitalista. Ou seja, entre quem compra e quem vende a força de trabalho, gerando um antagonismo que se explicita no capitalismo, em face da crescente exploração e extração da produtividade do trabalho, dividindo e polarizando estas duas classes, estabelecendo uma disputa constante dos seus projetos sociais. Embora este antagonismo não se manifeste, ainda, de forma a promover uma revolução, isto não significa que ele tenha sido eliminado, mas apenas deslocado pela emergência de projetos reformistas com claro objetivo de conter esta luta e permitir o progresso da acumulação capitalista. Portanto entender este processo implica no desvelamento da conformação histórica da ordem burguesa e do lugar ocupado pelo proletariado como sendo a única classe revolucionária por excelência, haja vista ser a classe que produz mais-valia e valoriza o capital. Esta leitura implica um abandono de ideias conservadoras ou metafísicas que apenas consideram o fato em si sem qualquer concatenação com as variáveis históricas ou mediação dialética. Esta concepção aponta para uma análise dos fatos através do senso comum e do empirismo raso, pois como afirmou Engels (1985, p.47) “obcecado pelas árvores não consegue ver o bosque”. Uma interpretação fundamentada numa análise ideal do problema e não na análise do real. Para nós, analisar a luta de classes à luz do materialismo histórico exige compreender as mudanças ocorridas na ordem burguesa e as estratégias da burguesia para contê-la. Negar esta luta é considerar a história e a ação dos sujeitos como acabada e aceitar que não existe alternativa para além do capitalismo.

5. Referências Bibliográficas

BIHR, Alain. **Da grande noite a alternativa. O movimento operário europeu em crise.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Global Editora. Coleção Bases 13, 1985.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Belo Horizonte. Liga Operária e Camponesa. Edição comemorativa dos 150 anos do manifesto do Partido Comunista, 1998.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O dezoito Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelman**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

OLIVEIRA, Ednéia Alves. **A política pública de emprego: entre a precarização desprotegida e a precarização desprotegida. Um estudo comparativo entre Brasil e Itália**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Tese de Doutorado em Serviço Social. 361 p.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa. A força dos trabalhadores**. São Paulo: Paz e Terra, vol.3, 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo. A renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.